

Acompanhamento da Execução Orçamentária

EXERCÍCIO 2020

TCMIRJ

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

APRESENTAÇÃO

No Município do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), com o auxílio do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), conforme disposto no art. 88, caput, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ), por meio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

No âmbito do TCMRJ, com base no disposto no art. 1º, § 4º, inciso II, da Deliberação n.º 242/2017, cabe à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento (CAD), órgão da Secretaria Geral de Controle Externo (SGCE), o acompanhamento da execução orçamentária do Município, inclusive das entidades da administração indireta, elaborando relatórios sobre a evolução da receita e despesa.

Dessa forma, o TCMRJ apresenta o relatório de acompanhamento da execução orçamentária do Município do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2020, produzido pela CAD.

Por fim, agradecemos a colaboração de todos os servidores desta Coordenadoria que, diariamente, contribuem para o aprimoramento institucional do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Roberto Mauro Chapiro
Coordenador Técnico – CAD/SGCE

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Resultado Orçamentário | 5 |
| 2. Receita Orçamentária | 6 |
| 3. Despesa Orçamentária | 12 |
| 3.1. Despesas por Funções de Governo | 16 |

O presente relatório demonstra o desempenho orçamentário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no exercício 2020, bem como sua evolução no período de 2016 a 2020. Tem por base os relatórios de despesa e receita, emitidos pela Controladoria Geral do Município (CGM) por meio do Sistema FINCON¹, conforme Resolução CGM nº 1.699 de 28/01/2021, publicada no D.O.M em 29/01/2021, bem como os balancetes orçamentários da PCRJ.

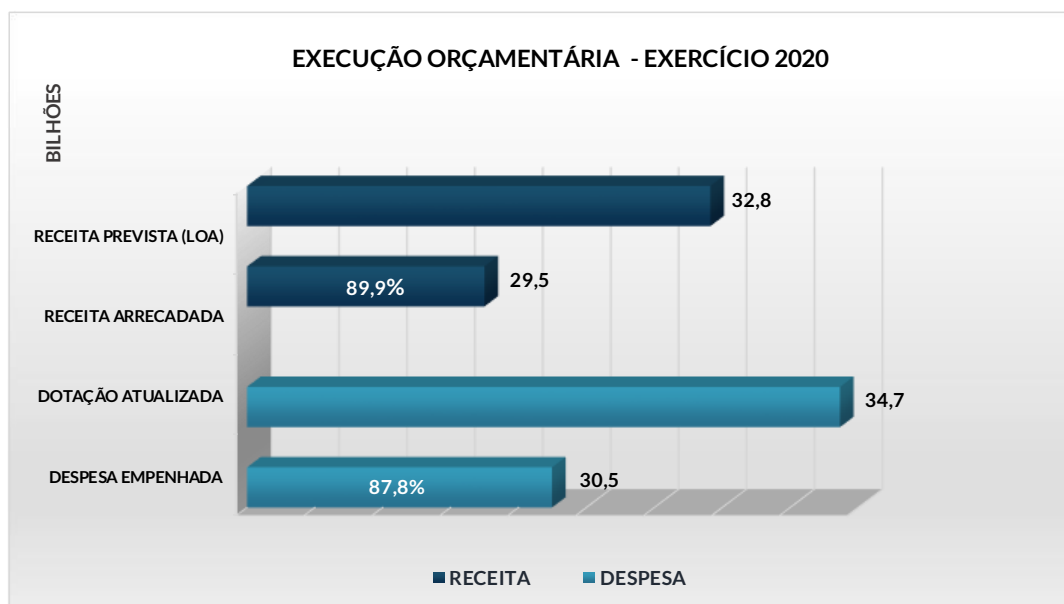
¹ Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

1. Resultado Orçamentário

O Município do Rio de Janeiro apresentou, no exercício 2020, um deficit orçamentário de R\$ 993,9 milhões. As receitas arrecadadas representaram 89,9% do montante previsto na Lei Orçamentária², enquanto as despesas empenhadas atingiram 87,8% da dotação atualizada³.

| EXERCÍCIO 2020 | | | | | Em R\$ |
|---------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|--------|
| Receita | Prevista (LOA) [A] | Arrecadada [B] | Desempenho [B/A]% | Composição [B/Btot]% | |
| Corrente | 32.055.909.917 | 29.187.445.973 | 91,1% | 99,0% | |
| Capital | 764.638.267 | 307.680.967 | 40,2% | 1,0% | |
| Receita Total | 32.820.548.184 | 29.495.126.940 | 89,9% | 100,0% | |
| Despesa | Dot. Atualizada [C] | Desp. Empenhada [D] | Desempenho [D/C]% | Composição [D/Dtot]% | |
| Corrente | 31.976.033.963 | 28.965.886.903 | 90,6% | 95,0% | |
| Capital | 2.735.486.014 | 1.523.103.235 | 55,7% | 5,0% | |
| Res. Contingência | 17.273.772 | - | - | 0,0% | |
| Despesa Total | 34.728.793.749 | 30.488.990.139 | 87,8% | 100,0% | |
| Deficit Orç. [B-D] | | (993.863.198,83) | | | |

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)



² Lei n.º 6.707 de 15 de janeiro de 2020 (LOA 2020)

³ Dotação Atualizada = Despesa fixada na LOA + Créditos Adicionais

Cumpra-se observar que o déficit orçamentário de R\$ 993,8 milhões foi influenciado pela utilização do superavit financeiro apurado em Balanço Patrimonial de 2019 no valor de R\$ 213,1 milhões, através da abertura de crédito suplementar, nos termos previstos no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 4.320/1964, e no art. 112, inciso I, da Lei n.º 207/1980. Excluindo-se do cálculo as despesas executadas com tais créditos, o resultado orçamentário mantém-se deficitário em R\$ 780,7 milhões.

2. Receita Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2020 estimou em R\$ 32,06 bilhões as Receitas Correntes e em R\$ 764,6 milhões as Receitas de Capital, totalizando R\$ 32,82 bilhões de previsão orçamentária.

Abaixo é apresentada a arrecadação de 2020, por categoria econômica e origem:

| EXERCÍCIO 2020 | | | | | Em R\$ |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|--------|
| Receita | Prevista (LOA) [A] | Arrecadada [B] | Desempenho [B/A]% | Composição [B/Btot]% | |
| Receitas Correntes | 32.055.909.917 | 29.187.445.973 | 91,1% | 99,0% | |
| Receita Tributária | 14.810.692.164 | 12.313.514.143 | 83,1% | 41,7% | |
| ISS | 6.999.026.624 | 5.891.035.079 | 84,2% | 20,0% | |
| IPTU | 4.901.688.404 | 3.628.620.639 | 74,0% | 12,3% | |
| Demais Tributos | 2.909.977.136 | 2.793.858.425 | 96,0% | 9,5% | |
| Receita de Contribuições | 5.109.061.011 | 4.436.720.641 | 86,8% | 15,0% | |
| Receita Patrimonial | 389.340.516 | 294.734.036 | 75,7% | 1,0% | |
| Receita Industrial | 7.977.744 | 3.851.904 | 48,3% | 0,0% | |
| Receita de Serviços | 393.026.775 | 276.701.675 | 70,4% | 0,9% | |
| Transferências Correntes | 9.469.990.378 | 10.736.127.160 | 113,4% | 36,4% | |
| FUNDEB | 2.751.635.515 | 2.701.912.261 | 98,2% | 9,2% | |
| ICMS líquido FUNDEB | 2.292.487.507 | 1.978.040.103 | 86,3% | 6,7% | |
| SUS | 1.641.401.127 | 2.377.423.087 | 144,8% | 8,1% | |
| IPVA líquido FUNDEB | 701.671.767 | 596.221.828 | 85,0% | 2,0% | |
| Outras Transf. Correntes | 2.082.794.462 | 3.082.529.882 | 148,0% | 10,5% | |
| Outras Receitas Correntes | 1.875.821.329 | 1.125.796.415 | 60,0% | 3,8% | |
| Receitas de Capital | 764.638.267 | 307.680.967 | 40,2% | 1,0% | |
| Operações de Crédito | 341.755.752 | 64.050.480 | 18,7% | 0,2% | |
| Alienação de Bens | 196.728.156 | 198.546.871 | 100,9% | 0,6% | |
| Amortização de Empréstimos | 5.882.254 | 275.191 | 4,7% | 0,0% | |
| Transferências de Capital | 220.272.105 | 44.808.426 | 20,3% | 0,2% | |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | 0,0% | |
| Receita Total | 32.820.548.184 | 29.495.126.940 | 89,9% | 100,0% | |

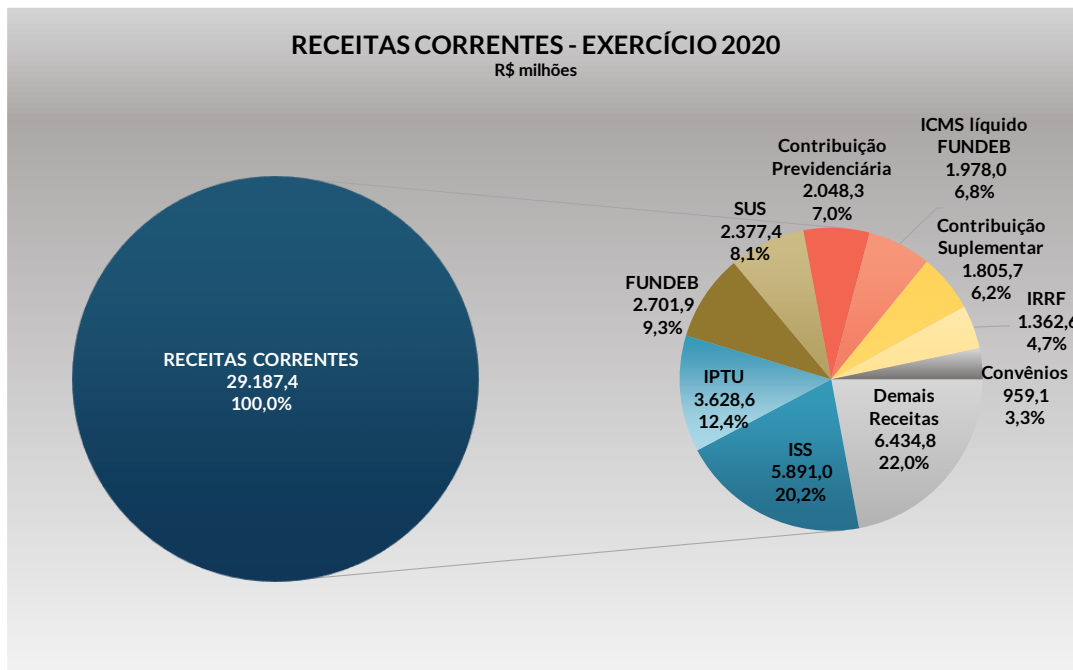
Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Observa-se que o total das receitas arrecadadas no período sob análise somou R\$ 29,50 bilhões. Sob a ótica das categorias econômicas, a arrecadação das Receitas Correntes (R\$ 29,19 bilhões) atingiu um desempenho de 91,1% do previsto para todo o exercício. Já a realização das Receitas de Capital (R\$ 307,7 milhões) foi de 40,2% do valor estimado na LOA.

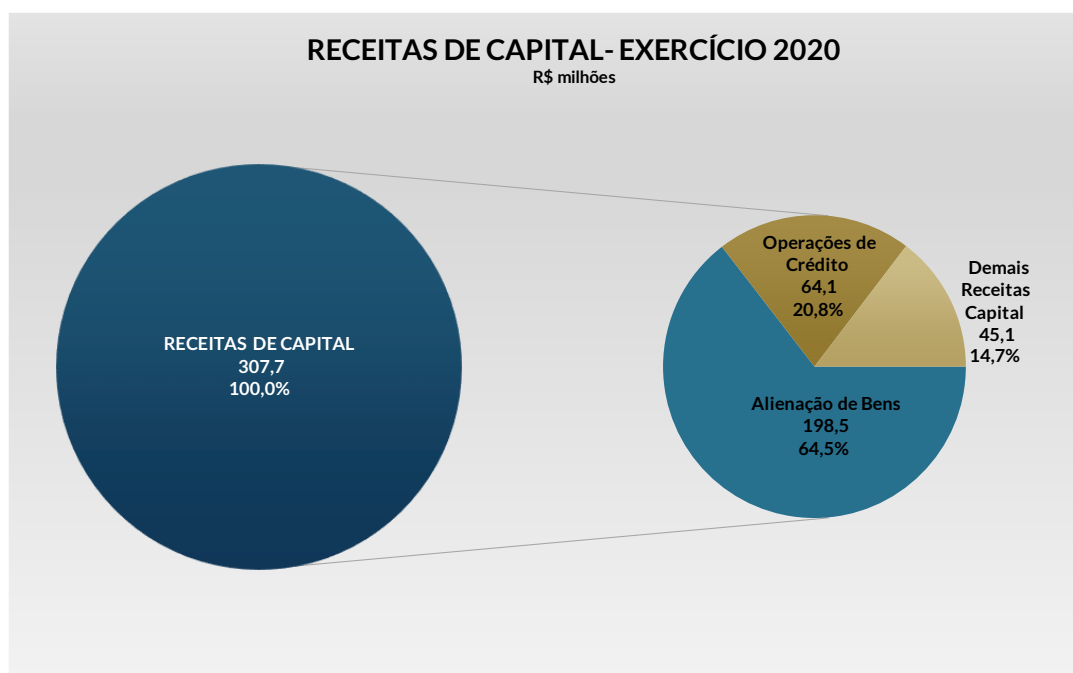
Na tabela a seguir estão apresentadas as maiores arrecadações verificadas no acumulado do ano de 2020.

| EXERCÍCIO 2020 | | Em R\$ |
|-----------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Maiores Arrecadações | 2020 [A] | Composição [A/Atot]% |
| Receitas Correntes | 29.187.445.973 | 99,0% |
| ISS | 5.891.035.079 | 20,0% |
| IPTU | 3.628.620.639 | 12,3% |
| FUNDEB | 2.701.912.261 | 9,2% |
| SUS | 2.377.423.087 | 8,1% |
| Contribuição Previdenciária | 2.048.285.017 | 6,9% |
| ICMS Líquido FUNDEB | 1.978.040.103 | 6,7% |
| Contribuição Suplementar | 1.805.683.804 | 6,1% |
| IRRF | 1.362.567.866 | 4,6% |
| Convênios | 959.079.841 | 3,3% |
| Demais Receitas Correntes | 6.434.798.276 | 21,8% |
| Receitas de Capital | 307.680.967 | 1,0% |
| Alienação de Bens | 198.546.871 | 0,6% |
| Operações de Crédito | 64.050.480 | 0,2% |
| Transferências de Capital | 44.808.426 | 0,2% |
| Amortização de Empréstimos | 275.191 | 0,0% |
| Outras Receitas de Capital | - | 0,0% |
| Receita Total | 29.495.126.940 | 100,0% |

As Receitas Correntes representaram quase que a totalidade do valor arrecadado (99,0%) em 2020, destacando-se arrecadações oriundas das Receitas Tributárias do ISS e do IPTU, cuja soma importou em R\$ 9,52 bilhões, respondendo por 32,3% do total realizado pelo Município.



As Receitas de Capital, aquelas oriundas de contratação de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e transferências de capital, representaram apenas 1,0% do total arrecadado nesse período, com destaque para as receitas provenientes de “Alienação de Bens”, que atingiram R\$ 198,5 milhões, ou seja, 64,5% do total arrecadado nesta categoria econômica.



A seguir, é demonstrada a série histórica da receita arrecadada nos exercícios de 2016 a 2020, segregada por categorias e origem e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

Cabe mencionar que em 2018 foi instituída a nova estrutura de classificação da receita orçamentária, conforme disposto na Portaria Interministerial STN/SOF nº 5 de 27/08/2015. Portanto, para fins de comparação das séries históricas de arrecadação, foi realizada a convergência dos códigos de receitas dos exercícios de 2016 e 2017 (classificação anterior) para a nova classificação em vigor⁴.

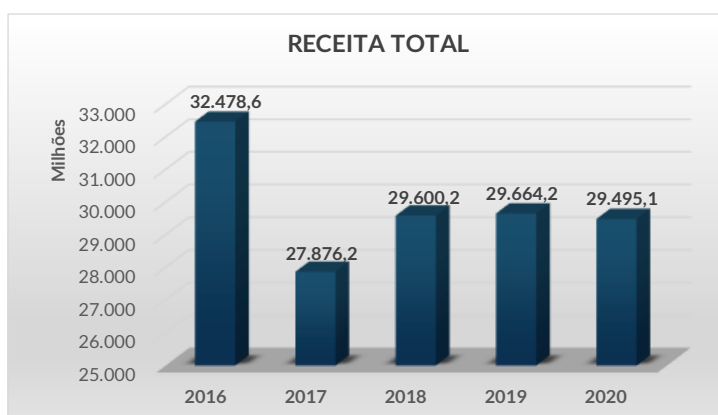
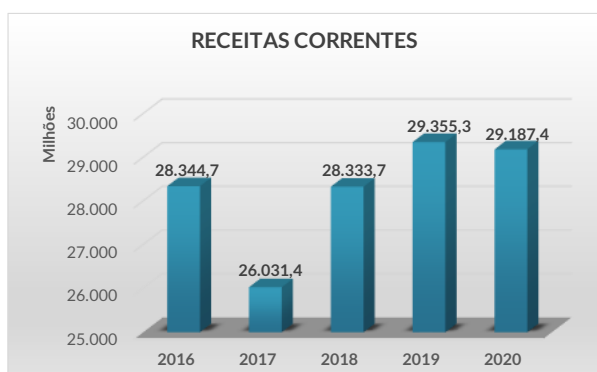
| Receita | Arrecadada | | | | |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Valores Constantes | | | | |
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Receitas Correntes | 28.344.670.559 | 26.031.418.509 | 28.333.676.506 | 29.355.250.032 | 29.187.445.973 |
| Receita Tributária | 12.448.292.461 | 11.852.681.052 | 12.322.417.012 | 13.227.261.483 | 12.313.514.143 |
| ISS | 6.679.402.185 | 6.033.241.588 | 6.160.618.534 | 6.445.050.030 | 5.891.035.079 |
| IPTU | 3.310.685.671 | 3.244.660.667 | 3.480.270.091 | 3.928.288.235 | 3.628.620.639 |
| Demais Tributos | 2.458.204.605 | 2.574.778.797 | 2.681.528.388 | 2.853.923.218 | 2.793.858.425 |
| Receita de Contribuições | 4.182.111.836 | 3.959.495.766 | 4.315.908.595 | 4.867.302.278 | 4.436.720.641 |
| Receita Patrimonial | 1.033.146.840 | 815.504.169 | 472.152.746 | 423.479.341 | 294.734.036 |
| Receita Industrial | 8.900.861 | 6.029.969 | 6.679.911 | 5.738.948 | 3.851.904 |
| Receita de Serviços | 346.535.741 | 294.643.244 | 318.481.214 | 354.024.000 | 276.701.675 |
| Transferências Correntes | 8.276.617.666 | 8.040.916.840 | 8.917.720.735 | 8.834.790.438 | 10.736.127.160 |
| FUNDEB | 2.516.506.583 | 2.514.399.539 | 2.843.634.126 | 2.709.628.149 | 2.701.912.261 |
| ICMS Líquido FUNDEB | 2.070.687.084 | 1.996.378.451 | 2.199.887.799 | 1.975.349.685 | 1.978.040.103 |
| SUS | 1.639.316.185 | 1.501.971.714 | 1.581.775.312 | 1.736.806.082 | 2.377.423.087 |
| IPVA Líquido FUNDEB | 744.883.901 | 724.219.330 | 668.152.493 | 646.244.920 | 596.221.828 |
| Outras Transf. Correntes | 1.305.223.914 | 1.303.947.806 | 1.624.271.005 | 1.766.761.603 | 3.082.529.882 |
| Outras Receitas Correntes | 2.049.065.153 | 1.062.147.469 | 1.980.316.292 | 1.642.653.543 | 1.125.796.415 |
| Receitas de Capital | 4.133.915.195 | 1.844.743.829 | 1.266.536.797 | 308.995.965 | 307.680.967 |
| Operações de Crédito | 2.645.690.163 | 1.098.713.418 | 1.089.481.168 | 194.037.021 | 64.050.480 |
| Alienação de Bens | 430.442.014 | 528.407.952 | 66.509.105 | 59.381.273 | 198.546.871 |
| Amortização de Empréstimos | 95.329.119 | 75.985.994 | 521.487 | 609.548 | 275.191 |
| Transferências de Capital | 962.453.898 | 141.632.603 | 110.022.341 | 54.968.123 | 44.808.426 |
| Outras Receitas de Capital | - | 3.861 | 2.697 | - | - |
| Receita Total | 32.478.585.753 | 27.876.162.338 | 29.600.213.303 | 29.664.245.997 | 29.495.126.940 |

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do exercício de 2020.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da receita arrecadada por categoria econômica e total.

⁴ No âmbito do Município do RJ, a CGM editou a Resolução Conjunta CGM/SMF n.º 92 de 23/02/18 que aprovou o novo classificador da receita e da despesa, bem como divulgou a Tabela de Convergência DE - PARA dos códigos de receitas existentes em 2017 e o novo código em 2018.



As receitas totais arrecadadas em 2020 tiveram um decréscimo real (valores atualizados pelo IPCA-E) de 0,6% em relação ao exercício de 2019.

Quanto às Receitas Correntes, a arrecadação no período em análise apresentou decréscimo de 0,6% em termos reais, o equivalente a menos R\$ 167,8 milhões em valores absolutos.

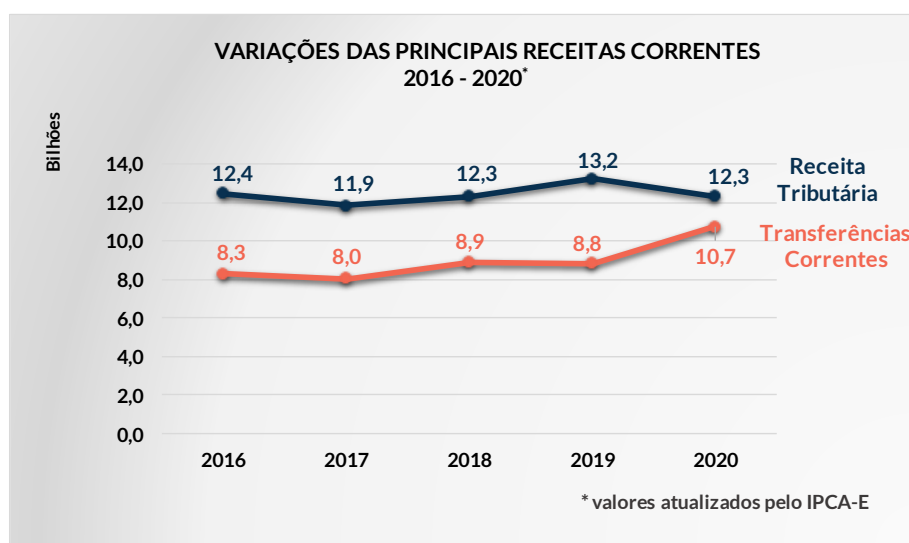
Verifica-se queda na arrecadação de diversas rubricas, tais como a receita de ISS, 8,6% (R\$ 554,0 milhões), e a receita de IPTU, 7,6% (R\$ 299,7 milhões), reflexo da desaceleração da economia, em função das medidas de isolamento adotadas para combate à Covid-19, e da redução da renda das famílias. Também apresentaram queda na arrecadação a “Receita de Contribuições”, 8,8% (R\$ 430,6 milhões), a “Receita Patrimonial”, 30,4% (R\$ 128,7 milhões) e as “Outras Receitas Correntes”, 31,5% (R\$ 516,8 milhões).

Apesar do decréscimo mencionado, destaca-se o incremento de 21,5% (R\$ 1,90 bilhão) nas Transferências Correntes, explicado pelo acréscimo de 36,9% das transferências de recursos do SUS, o equivalente a R\$ 640,6 milhões, resultado, precipuamente, dos repasses federais para enfrentamento da Covid-19, no valor de R\$ 404,9 milhões, e da transferência de recursos do “Fundo Estadual de Saúde”, no montante de R\$ 445,9 milhões, para cofinanciamento, dentre outros, do Hospital Rocha Faria, municipalizado em 2016. Também contribuíram positivamente, as transferências da União no âmbito do Programa Federativo de

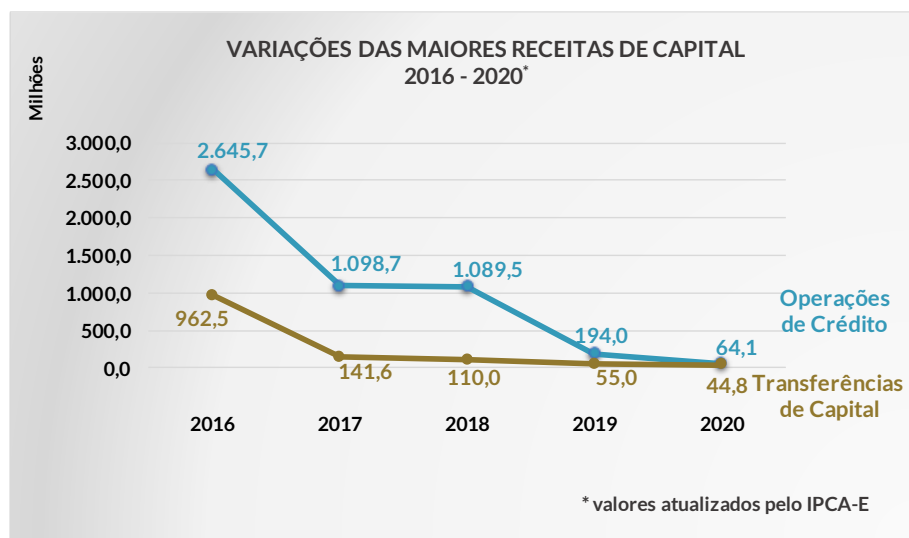
Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela Lei Complementar n.º 173/2020, no montante de R\$ 626,3 milhões, e as receitas intra-orçamentárias da Riosaudef relativas a novos convênios de gestão de unidades de saúde.

Em relação às Receitas de Capital, constata-se um pequeno decréscimo da arrecadação de 0,4% (R\$ 1,3 milhão), reflexo da queda nas liberações de “Operações de Crédito” na ordem de 67,0% (R\$130,0 milhões) e nas “Transferências de Capital”, de 18,5% (10,2 milhões). Em sentido oposto, destaca-se o acréscimo de 234,4% (R\$ 139,2 milhões) em “Alienação de Bens”, oriundo da venda de imóveis do FUNPREVI.

Do quadro com a série histórica da arrecadação 2016-2020 verifica-se, na categoria econômica Receitas Correntes, para as 2 (duas) origens de receitas mais relevantes (Receita Tributária e Transferências Correntes), que a primeira apresentou retração de 6,9% no exercício de 2020, interrompendo a tendência de crescimento observada nos dois exercícios anteriores, reflexo das medidas de isolamento adotadas para combate à pandemia; a segunda, após a queda de 2017, manteve-se estável nos exercícios subsequentes e subiu fortemente em 2020 em função do incremento das transferências de recursos para o enfrentamento da Covid-19, já mencionadas anteriormente.



Em relação à categoria econômica Receitas de Capital, verifica-se uma maior arrecadação das receitas com “Operações de Crédito” e “Transferência de Capital” no exercício 2016, resultado das liberações de financiamentos destinados à melhoria de infraestrutura de mobilidade urbana da cidade visando a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, a qual sofreu queda significativa a partir de 2017, conforme ilustrado no gráfico a seguir.



3. Despesa Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2020 fixou, inicialmente, em R\$ 32,82 bilhões a despesa orçamentária, sendo R\$ 30,42 bilhões relativos às Despesas Correntes e R\$ 2,35 bilhões às Despesas de Capital. Estabeleceu, ainda, uma Reserva de Contingência de R\$ 51,0 milhões.

Após as alterações orçamentárias ocorridas no exercício 2020, verificou-se uma dotação atualizada de R\$ 34,73 bilhões, sendo R\$ 17,3 milhões em Reserva de Contingência.

As Despesas Correntes representaram 92,1% da dotação atualizada para 2020, destacando-se “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” que, somadas, atingem 90,9% do orçamento total do Município. Já as Despesas de Capital compõem 7,9% do orçamento.



A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária das despesas do período, por categoria econômica e natureza.

| EXERCÍCIO 2020 | | | | | Em R\$ |
|----------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|
| Despesa | Despesa Fixada (LOA) | Dotação Atualizada [A] | Despesa Empenhada [B] | Execução [B/A]% | Composição [B/Btot]% |
| Despesas Correntes | 30.416.802.313 | 31.976.033.963 | 28.965.886.903 | 90,6% | 95,0% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 19.346.521.616 | 20.487.107.447 | 18.825.735.108 | 91,9% | 61,7% |
| Juros e Encargos da Dívida | 797.297.727 | 396.247.451 | 297.283.307 | 75,0% | 1,0% |
| Outras Despesas Correntes | 10.272.982.970 | 11.092.679.065 | 9.842.868.489 | 88,7% | 32,3% |
| Despesas de Capital | 2.352.745.871 | 2.735.486.014 | 1.523.103.235 | 55,7% | 5,0% |
| Investimentos | 1.039.495.601 | 1.509.440.798 | 696.323.258 | 46,1% | 2,3% |
| Inversões Financeiras | 36.972.034 | 61.395.246 | 31.761.685 | 51,7% | 0,1% |
| Amortização da Dívida | 1.276.278.236 | 1.164.649.971 | 795.018.293 | 68,3% | 2,6% |
| Reserva de Contingência | 51.000.000 | 17.273.772 | 0 | - | - |
| Total | 32.820.548.184 | 34.728.793.749 | 30.488.990.139 | 87,8% | 100,0% |

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

O total das despesas empenhadas atingiu R\$ 30,49 bilhões, sendo executados R\$ 28,97 bilhões em Despesas Correntes (90,6% da dotação atualizada) e R\$ 1,52 bilhão em Despesas de Capital (55,7% da dotação atualizada).

As Despesas Correntes representaram 95,0% do total executado em 2020, destacando-se os grupos “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, que somaram R\$ 28,67 bilhões, alcançando 94,0% da execução orçamentária.

As Despesas de Capital importaram em 5,0% do total executado, sendo empenhados R\$ 696,3 milhões (2,3%) em “Investimentos” e R\$ 795,0 milhões (2,6%) em “Amortização da Dívida”.

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa nos exercícios de 2016 a 2020, segregada nas categorias Corrente e Capital e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

| EXERCÍCIO 2020 | | Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2020) | | | | |
|----------------------------|-----------------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| Despesa | Empenhada | | | | | |
| | Valores Constantes | | | | | |
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | |
| Despesas Correntes | 27.933.231.089 | 27.356.686.282 | 28.049.793.156 | 28.917.535.158 | 28.965.886.903 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 16.940.385.428 | 17.219.742.550 | 17.247.658.229 | 18.436.492.527 | 18.825.735.108 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 648.707.165 | 855.726.162 | 881.026.587 | 892.874.609 | 297.283.307 | |
| Outras Despesas Correntes | 10.344.138.496 | 9.281.217.570 | 9.921.108.340 | 9.588.168.023 | 9.842.868.489 | |
| Despesas de Capital | 5.247.896.687 | 2.102.422.709 | 1.731.058.182 | 2.035.567.401 | 1.523.103.235 | |
| Investimentos | 4.270.376.343 | 843.190.939 | 783.512.439 | 825.497.506 | 696.323.258 | |
| Inversões Financeiras | 666.918.759 | 754.620.076 | 185.987.519 | 18.383.316 | 31.761.685 | |
| Amortização da Dívida | 310.601.585 | 504.611.694 | 761.558.224 | 1.191.686.578 | 795.018.293 | |
| Despesa Total | 33.181.127.776 | 29.459.108.991 | 29.780.851.338 | 30.953.102.559 | 30.488.990.139 | |

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

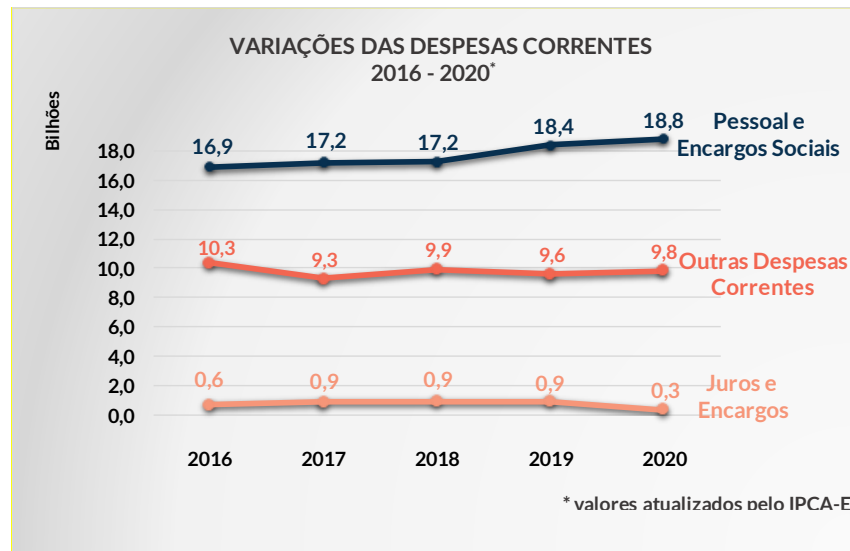
Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do Exercício de 2020.



As despesas totais empenhadas em 2020 apresentaram recuo (valores atualizados pelo IPCA-E) de 1,5% (R\$ 464,1 milhões) em relação ao exercício anterior.

Para as Despesas Correntes, observa-se um pequeno acréscimo de 0,2% (R\$ 48,4 milhões). Houve aumento de 2,1% em “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$ 389,2 milhões) e 2,7% em “Outras Despesas Correntes” (R\$ 254,7 milhões). Já a despesa com “Juros e Encargos da Dívida” apresentou queda de 66,7% na execução de (R\$ 595,6 milhões).

Na análise da série histórica, verificam-se as variações ocorridas nas Despesas Correntes entre os exercícios de 2016 e 2020. Ressalta-se o aumento sucessivo nas despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” no período, totalizando R\$ 1,89 bilhão.

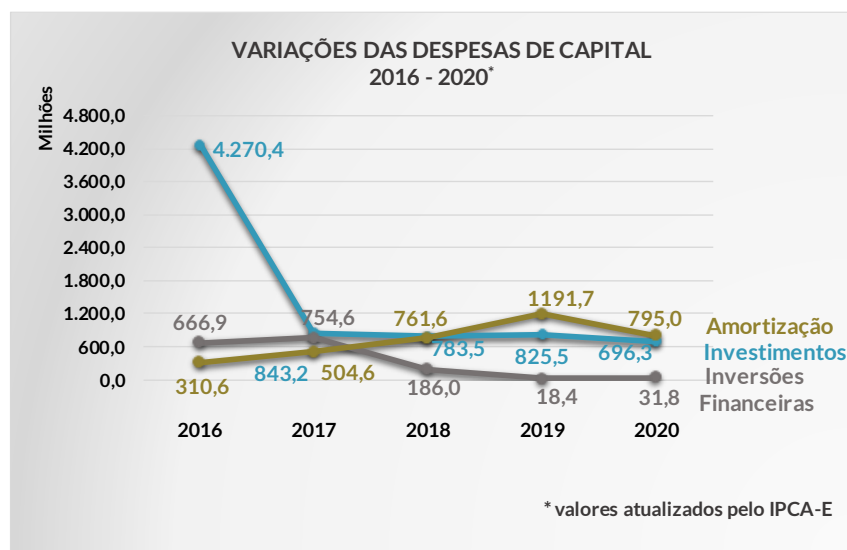


Na comparação entre o período de 2019/2020, houve decréscimo na execução das Despesas de Capital de 25,2% (R\$ 512,5 milhões), com queda de 15,6% (R\$ 129,2 milhões) em “Investimentos” e de 33,3% (R\$ 396,7 milhões) em “Amortização da Dívida”.

Quanto às despesas com serviço da dívida, ressalta-se que o Município não vem pagando as parcelas dos contratos celebrados com a CEF e o BNDES desde o mês de abril, em função, inicialmente, de decisão preliminar proferida pelo STF e pelo Juízo da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, tendo em vista a alegação de crescimento dos investimentos em saúde e a queda na arrecadação decorrentes da pandemia. Ressalta-se que foi implementada a renegociação de que trata a Lei Complementar n.º 173/2020 aos contratos da CEF e BNDES. Em relação à dívida renegociada com a União, de acordo com o art. 1º e 2º da LC n.º 173 de 27/05/2020, que instituiu o “Programa Federal de Enfrentamento ao Coronavírus”, os pagamentos ficam suspensos durante o exercício de 2020.

No gráfico abaixo, observa-se a mudança de patamar nas despesas com “Investimentos”, no período de 2016/2020, tendo em vista que em 2016 estavam sendo executadas despesas em função da construção de equipamentos e realização de obras de infraestrutura viária e de mobilidade urbana relacionadas à realização da Olimpíada e da Paralimpíada de 2016.

Já as despesas com “Amortização da Dívida” tiveram um crescimento de 156,0% na série histórica em análise, ocasionado pelo pagamento de operações de crédito contraídas em exercícios anteriores.



3.1. Despesas por Funções de Governo

A aplicação dos recursos da Administração Pública encontra-se aqui examinada através das Funções Governamentais, que agregam o nível máximo de ações do Município do Rio de Janeiro no cumprimento dos seus objetivos socioeconômicos.

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias, buscando indicar em qual área de ação municipal a despesa foi realizada.

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa empenhada, por função de governo, nos exercícios de 2016 a 2020 (valores atualizados pelo IPCA-E médio de 2020).

EXERCÍCIO 2020

Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2020)

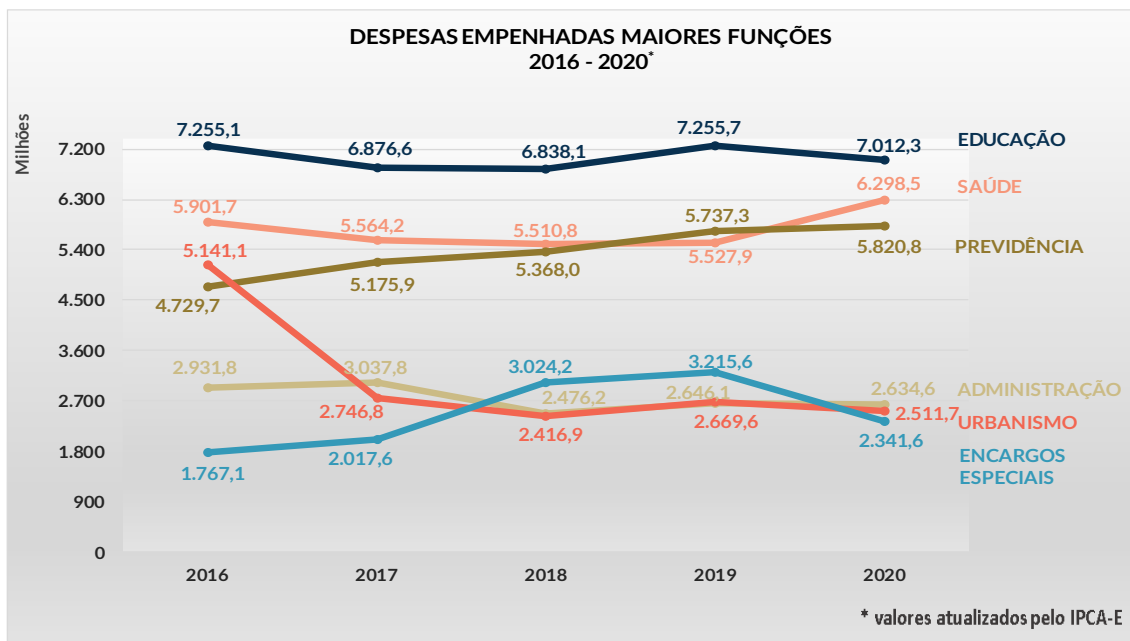
| Função | Despesas Empenhadas | | | | | Composição 2020 [Liq/LiqTot]% |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| | Valores Constantes | | | | | |
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | |
| 12 - EDUCACAO | 7.255.065.067 | 6.876.638.888 | 6.838.078.334 | 7.255.720.538 | 7.012.261.315 | 23,0% |
| 10 - SAUDE | 5.901.694.899 | 5.564.227.988 | 5.510.773.138 | 5.527.901.178 | 6.298.528.799 | 20,7% |
| 09 - PREVIDENCIA SOCIAL | 4.729.669.999 | 5.175.870.771 | 5.368.026.900 | 5.737.281.289 | 5.820.758.704 | 19,1% |
| 04 - ADMINISTRACAO | 2.931.802.566 | 3.037.804.413 | 2.476.158.777 | 2.646.074.467 | 2.634.640.945 | 8,6% |
| 15 - URBANISMO | 5.141.050.117 | 2.746.764.623 | 2.416.940.368 | 2.669.616.969 | 2.511.712.736 | 8,2% |
| 28 - ENCARGOS ESPECIAIS | 1.767.143.272 | 2.017.557.362 | 3.024.213.306 | 3.215.571.500 | 2.341.596.453 | 7,7% |
| 01 - LEGISLATIVA | 932.021.265 | 976.207.260 | 890.076.585 | 886.972.501 | 882.263.844 | 2,9% |
| 08 - ASSISTENCIA SOCIAL | 941.762.684 | 679.725.131 | 652.649.684 | 716.735.770 | 810.880.530 | 2,7% |
| 17 - SANEAMENTO | 1.022.961.320 | 689.362.636 | 796.081.598 | 741.169.003 | 649.914.785 | 2,1% |
| 06 - SEGURANCA PUBLICA | 597.764.400 | 572.289.735 | 568.098.469 | 593.357.877 | 580.068.460 | 1,9% |
| 26 - TRANSPORTE | 320.026.324 | 254.677.473 | 334.110.209 | 229.272.586 | 254.584.389 | 0,8% |
| 02 - JUDICIARIA | 139.600.523 | 144.799.064 | 246.950.872 | 184.039.334 | 189.965.426 | 0,6% |
| 13 - CULTURA | 266.355.415 | 200.232.513 | 175.558.963 | 154.397.855 | 168.936.751 | 0,6% |
| 18 - GESTAO AMBIENTAL | 149.723.780 | 106.809.273 | 104.876.002 | 101.864.640 | 93.963.990 | 0,3% |
| 23 - COMERCIO E SERVICOS | 197.816.592 | 105.966.933 | 95.587.794 | 87.547.194 | 72.311.589 | 0,2% |
| 16 - HABITACAO | 204.156.576 | 229.848.199 | 193.573.545 | 110.254.502 | 77.258.962 | 0,3% |
| 27 - DESPORTO E LAZER | 601.236.969 | 29.694.830 | 32.608.970 | 33.757.384 | 30.474.502 | 0,1% |
| 11 - TRABALHO | 10.292.741 | 16.880.674 | 23.987.512 | 22.965.348 | 19.580.142 | 0,1% |
| 14 - DIREITOS DA CIDADANIA | 20.410.979 | 1.912.828 | 13.230.946 | 14.749.069 | 21.827.377 | 0,1% |
| 19 - CIENCIA E TECNOLOGIA | 37.503.431 | 23.017.254 | 12.162.069 | 17.638.527 | 11.744.172 | 0,0% |
| 22 - INDUSTRIA | 13.068.855 | 8.821.145 | 7.107.296 | 6.215.029 | 5.716.270 | 0,0% |
| Despesa Total | 33.181.127.776 | 29.459.108.991 | 29.780.851.338 | 30.953.102.559 | 30.488.990.139 | 100,0% |

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do Exercício de 2020.

No exercício 2020, as funções “Educação”, “Saúde”, “Previdência Social”, “Administração”, “Urbanismo” e “Encargos Especiais”, representaram 87,3% do montante das despesas empenhadas.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das despesas nessas funções nos exercícios de 2016 a 2020.



Com relação às despesas empenhadas por funções, pode-se destacar:

- **Função Educação** - apresentou decréscimo de R\$ 243,5 milhões nos empenhos de 2020, o que representou uma queda de 3,4% descontada a inflação do período. A variação mais expressiva ocorreu no programa “Modernização da Gestão e Melhoria da Infraestrutura na Educação”, com empenho de R\$ 185,8 milhões menor que a efetuada em 2019.

Em relação à série histórica, verifica-se uma queda de 3,3%, em termos reais, na execução da Função Educação quando comparado os exercícios de 2016 e 2020.

- **Função Saúde** - verifica-se incremento de 13,9% (R\$ 770,6 milhões) das despesas empenhadas em 2020 quando comparado com o exercício anterior. As principais variações foram verificadas nos programas “Atenção Hospitalar” (incremento de R\$ 502,2 milhões), “Gestão Administrativa – Saúde Preventiva e Emergência Social” (incremento de R\$ 383,3 milhões) e “Atenção Primária à Saúde” (redução de R\$ 144,3 milhões).

Ressalta-se que, no período de 2016-2020, houve aumento na execução desta função de 6,7%, o equivalente a R\$396,8 milhões em valores absolutos.

- **Função Previdência Social** – os valores empenhados em 2020 apresentaram incremento de 1,5%, equivalente a R\$ 83,5 milhões em valores absolutos, quando comparado com a execução de 2019. No período 2016-2020, observou-se crescimento real de 23,1% (R\$ 1,09 bilhão).

As obrigações com aposentadorias e pensões são as despesas com maior representatividade nesta função, respondendo por 95,8% da execução em 2020.

- **Função Administração** – manteve-se estável, apresentando um pequeno decréscimo de 0,4% (R\$ 11,4 milhões) nas despesas empenhadas de 2020, comparado ao exercício anterior.

As principais variações nesta função, no ano corrente, foram nas ações “Parceria Público-Privada do VLT do Centro” (incremento de R\$ 36,7 milhões), “Iluminação Pública na Cidade” (incremento de R\$ 27,6 milhões), “Publicidade, Propaganda e Comunicação Social” (redução de R\$ 26,3 milhões) e “Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica – Adm. Direta – Governança para o Cidadão” (redução de R\$ 25,5 milhões). Para o período 2016-2020, a variação é negativa em 10,1%, R\$ 297,2 milhões.

- **Função Urbanismo** - apresentou decréscimo de 5,9% (R\$ 157,9 milhões) nas despesas empenhadas de 2020 em comparação com o exercício de 2019.

Na análise da série histórica, o nível máximo das despesas na Função Urbanismo se deu em 2016 (R\$ 5,14 bilhões), principalmente em função dos investimentos decorrentes da construção de equipamentos e realização de obras de infraestrutura viária e de mobilidade urbana relacionadas à realização da Olimpíada e da Paralimpíada ocorridas em 2016, sobretudo nos programas Transolímpica, Transbrasil e VLT do Centro.

- **Função Encargos Especiais** – esta função engloba despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra⁵.

Constata-se uma queda nas despesas empenhadas, nos Encargos Especiais, de 27,2% (R\$ 874,0 milhões) em 2020 quando comparadas a 2019. Percebe-se, ao analisar a execução por elemento de despesas, expressiva redução na execução de indenizações e restituições e de juros e amortização da dívida contratual, estes em função da suspensão dos pagamentos dos contratos com a CEF, BNDES e dívida renegociada com a União, conforme já mencionado anteriormente.

Em relação à série histórica, o aumento da despesa nesta função foi de 32,5% (R\$ 574,5 milhões).

Por fim, cabe destacar que o presente relatório foi desenvolvido a fim de atender o art. 1º, § 4º, inc. II, da Deliberação TCMRJ nº 242 de 27/06/2017, e será periodicamente atualizado e divulgado por este Tribunal de Contas.

⁵ Art. 1º, § 2º da Portaria MOG n.º 42 de 14/01/1999